

Scala Data Centers S.A.

CNPJ nº 34.562.112/0001-58

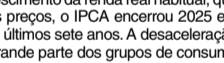
Relatório de Administração

Mensagem da Administração: Em 2025, a Scala avançou para um novo estágio de maturidade como plataforma de infraestrutura digital, sustentando um crescimento estruturado, previsível e consistente. Ao longo do período, a companhia aprimorou seus modelos de atuação, simplificou sua estrutura organizacional e elevou seus sistemas de controle, fortalecendo ainda mais a base que sustenta sua escala e eficiência. Esses movimentos ampliaram a capacidade da Scala de absorver complexidade de forma organizada, apoiando a expansão contínua da companhia com consistência e disciplina. Atualmente, a Scala opera 11 data centers no Brasil em locais estratégicos, incluindo Barueri (SP), Campinas (SP), São João de Meriti (RJ), Porto Alegre (RS). Adicionalmente, a Scala opera outros dois data centers fora do país por meio de outras entidades ligadas ao grupo sendo Tepotzotlán (México) e Curauma (Chile). Além disso, o grupo conta com 7 data centers adicionais em construção, localizados em Tamboré (SP), Fortaleza (CE), Lampa e Huechuraba (Chile), reforçando a escala da plataforma e a visibilidade do crescimento futuro. Esse avanço estratégico foi sustentado por entregas concretas de projetos e pela expansão consistente da base de ativos. Ao longo do ano, foram concluídas as entregas das fases adicionais de SGRUTB08, SGRUTB06, SGRUTB04 em Tamboré e Tepozpark no México. Em paralelo, avançamos significativamente na construção do maior campus de data centers do Chile, em Lampa, ampliando nossa presença regional e criando uma plataforma estruturante para o crescimento do país, demonstrando a capacidade da companhia de executar simultaneamente múltiplos projetos em diferentes geografias. A infraestrutura energética permaneceu um dos pilares centrais da estratégia. Em 2025, realizamos a energização das subestações de Tamboré (a terceira), Santa Tereza no Chile e Jundiá em São Paulo, alcançando mais de 280 MW energizados no Brasil e no Chile. Adicionalmente, mais de 500 MW de capacidade de energia foram assegurados ou renegociados, fortalecendo a previsibilidade do crescimento de longo prazo e ampliando a segurança estrutural da expansão futura. Como resultado dessa base fortalecida de ativos, energia e capacidade de execução, a Scala expandiu seu pipeline, ampliando a visibilidade do crescimento e reforçando sua capacidade de planejar investimentos, alocar capital e executar projetos de forma coordenada e previsível ao longo do tempo. Do ponto de vista operacional, a companhia manteve 100% de disponibilidade da infraestrutura durante o período, ao mesmo tempo em que executou um amplo portfólio de upgrades e iniciativas de governança, elevando o nível de maturidade operacional em todos os sites e alinhando os padrões de operação às melhores práticas e referências globais. Esses avanços reforçaram a confiabilidade da plataforma e sustentaram a execução do pipeline sem comprometer a resiliência ou os níveis de serviço. Em tecnologia e conectividade, a Scala realizou, em 2025, a primeira prova de conceito de Hollow Core Fiber (HCF) da América Latina, uma tecnologia de fibra óptica com núcleo oco, preenchido por ar, que reduz latência e perdas de sinal. Essa iniciativa reforça a prontidão da plataforma para soluções de conectividade de próxima geração e amplia sua capacidade de suportar, no longo prazo, aplicações avançadas de Inteligência Artificial. No campo financeiro, a disciplina permaneceu como elemento central da estratégia. A companhia manteve controle rigoroso de custos e despesas, assegurando a entrega de EBITDA recorrente acima do planejado, ao mesmo tempo em que executou e apoiou iniciativas relevantes de financiamento e liquidez. Durante todo o período, foi mantida plena conformidade com os covenants da dívida, reforçando a solidez financeira e a credibilidade institucional da Scala. Paralelamente, a empresa ampliou sua atuação institucional e regulatória. Em 2025, a Scala manteve engajamento ativo com o Governo Federal, governos estaduais e associações setoriais, contribuindo de forma propositiva para o avanço do arcabouço regulatório dos data centers no Brasil. Destacam-se as discussões relacionadas ao REDATA, CONFAZ, Plano Nacional de Data Centers, regulação de conexão de energia e processos de licenciamento, temas fundamentais para a previsibilidade, a competitividade e a sustentabilidade do setor no longo prazo. A companhia também avançou na valorização de seus ativos no longo prazo, por meio de iniciativas estratégicas de planejamento urbano e ordenamento territorial. Em 2025, foi assinado, junto ao governo local, o Master Plan de Tamboré, enquanto o Master Plan da Scala AI City (RS) encontra-se em elaboração, em paralelo ao desenvolvimento do projeto conceitual de arquitetura da Scala AI City. Essas iniciativas ampliam a previsibilidade de expansão, a segurança jurídica e o valor estrutural dos ativos ao longo do tempo. A sustentabilidade seguiu como um pilar central da estratégia corporativa. Em 2025, a Scala publicou seu segundo Relatório de Sustentabilidade, consolidando de forma transparente seus resultados, compromissos e avanços em ESG. Seguimos operando com altíssima eficiência energética, com PUE de design inferior a 1,4, e com WUE igual a zero nos novos data centers, por meio de sistemas de resfriamento em circuito fechado, sem evaporação de água. Mantivemos também nosso compromisso de operar com 100% de energia renovável e certificada, bem como a neutralidade de carbono em nossas operações. O crescimento da Scala continuou impulsionando o desenvolvimento econômico das regiões em que atuamos. Nossos projetos já geraram milhares de empregos diretos e indiretos, envolvendo mais de 20 mil trabalhadores, além de priorizar fornecedores e mão de obra locais e promover a capacitação das comunidades do entorno dos sites, inclusive por meio de iniciativas de economia circular. O conjunto de reconhecimentos obtidos em 2025 demonstra que a evolução da Scala foi validada de forma consistente por instituições independentes, analistas de mercado e organismos de referência, confirmando que os avanços da companhia não são apenas internos, mas também reconhecidos externamente em múltiplas dimensões. O reconhecimento recorrente ao longo dos anos reflete a consistência da execução e confirma que os padrões adotados em estratégia, governança, operações e ESG estão alinhados às melhores práticas globais, fortalecendo a posição da Scala como referência no setor e ampliando sua capacidade de capturar oportunidades futuras com legitimidade e confiança.

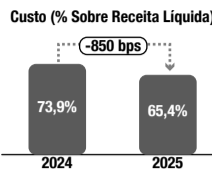
Em síntese, as realizações de 2025 demonstram que a Scala encerrou o período mais robusta, escalável e institucionalmente madura, com uma plataforma capaz de sustentar o crescimento de longo prazo com eficiência, controle e resiliência, posicionando a companhia para capturar, de forma disciplinada, as oportunidades do próximo ciclo de expansão da infraestrutura digital na América Latina. **Descrição dos Negócios e Perspectivas de Futuro:** A Scala Data Centers é a principal plataforma de data centers sustentáveis da América Latina voltada ao mercado Hyperscale. Com sede no Brasil e apoiada pela DigitalBridge, a companhia já realizou mais de R\$ 12 bilhões em investimentos. Atualmente, a Scala conta com mais de 200 MW de capacidade instalada e em desenvolvimento, além de um landbank superior a 11 milhões de metros quadrados, distribuído em localizações estratégicas por quatro países. Sua infraestrutura conta com mais de 6 GW em conexões de energia garantidas para suportar a expansão futura e será integralmente abastecida por fontes 100% renováveis e certificadas, como já ocorre com todo o consumo atual da empresa. Olhando para o futuro, a Scala seguirá focada em sustentar seu crescimento com disciplina, previsibilidade e excelência operacional. Continuaremos priorizando a alocação eficiente de capital, a execução consistente do nosso pipeline de projetos e o fortalecimento da plataforma operacional e energética que sustenta nossa expansão. Ao mesmo tempo, manteremos o foco na eficiência, na governança e na sustentabilidade como pilares para preservar a solidez do negócio e reforçar nossa posição de liderança no setor de infraestrutura digital na América Latina. **Conjuntura Econômica:** O ano de 2025 foi marcado por um cenário de moderação do crescimento, fortalecimento do mercado de trabalho e estabilidade relativa dos preços, apesar da política monetária restritiva e de pressões externas relevantes. A economia brasileira cresceu 2,3%, totalizando R\$ 12,7 trilhões em PIB, com destaque para o forte desempenho da agropecuária (+11,7%), seguida pelos setores de serviços e indústria, ambos em expansão moderada. Apesar da desaceleração frente a 2024, o país manteve trajetória positiva de atividade, evidenciando resiliência mesmo sob condições financeiras mais apertadas. O mercado de trabalho apresentou evolução significativa, com a taxa média anual de desemprego recuando para 5,6%, o menor nível da série histórica. No trimestre final do ano, o índice atingiu 5,1%, apoiado na ampliação do emprego e no crescimento da renda real habitual, que avançou 5,7% em relação ao ano anterior. Do lado dos preços, o IPCA encerrou 2025 em 4,26%, abaixo do teto da meta e no menor patamar dos últimos sete anos. A desaceleração dos alimentos e um comportamento mais benigno de grande parte dos grupos de consumo contribuíram para esse desempenho, apesar de pressões pontuais em energia elétrica e serviços. No setor externo, o Brasil registrou superávit comercial de US\$ 68,3 bilhões, o terceiro maior da história. Embora inferior ao resultado de 2024, o saldo positivo foi sustentado por exportações recordes de US\$ 348,7 bilhões, compensando parcialmente os efeitos negativos do tarifaço norte-americano sobre produtos específicos. A política monetária permaneceu contracionista ao longo do ano. O Banco Central elevou a taxa Selic para 13,25% em janeiro, avançando gradualmente até 15,00% em dezembro, nível mantido no início de 2026. Esse ambiente de juros elevados atuou para conter pressões inflacionárias, mas limitou investimentos e consumo em segmentos sensíveis ao crédito. O câmbio permaneceu volátil, refletindo incertezas externas e internas, mas contribuiu para manter a competitividade das exportações e reforçar o desempenho do setor externo. Em síntese, 2025 foi um ano de estabilidade macroeconômica com avanços importantes em emprego e inflação, mas acompanhado de desafios relevantes impostos pela política monetária restritiva, tensões no comércio internacional e desaceleração global. O ambiente econômico, ainda que menos dinâmico, sustentou bases sólidas para o planejamento financeiro corporativo e para a continuidade de uma trajetória de crescimento sustentável. **Setor de Data Centers:** O setor de data centers segue em rápida transformação, impulsionado pela expansão da Inteligência Artificial (IA), da computação em nuvem e pela crescente digitalização da economia. A perspectiva de crescimento da capacidade instalada permanece elevada ao longo dos próximos anos, refletindo uma demanda estrutural por infraestrutura digital em escala cada vez maior. Nesse contexto, a disponibilidade e o acesso à energia consolidaram-se como um dos principais fatores críticos para o desenvolvimento do setor, especialmente diante do aumento da densidade computacional associado às aplicações de IA. Plataformas capazes de assegurar energia em volume, previsibilidade e eficiência tendem a se destacar, à medida que esse insumo deixa de ser apenas um elemento operacional e passa a ser determinante para a viabilidade e o ritmo de crescimento do setor. O ambiente competitivo permanece intenso, com anúncios recorrentes de investimentos significativos por parte de grandes empresas de tecnologia, reforçando a atratividade do segmento e o papel central dos data centers na infraestrutura que sustenta a economia digital global. Ao mesmo tempo, o avanço do setor tem reforçado a importância de um ambiente regulatório claro, previsível e alinhado às características da infraestrutura digital, abrangendo temas como a conexão à rede elétrica, licenciamento, ordenamento territorial e políticas públicas de estímulo ao investimento. Nesse sentido, a evolução do marco regulatório e das políticas públicas relacionadas ao setor tende a desempenhar papel decisivo na materialização das projeções de crescimento do mercado brasileiro de data centers, criando as condições necessárias para que o país converta seu potencial energético, territorial e tecnológico em expansão efetiva da capacidade instalada e na atração de investimentos de longo prazo. **Desempenho da Companhia em 2025:** *Valores em mil. Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes.*

Recíta Operacional Bruta e Líquida: A receita operacional consiste principalmente na locação de espaço, denominado *Colocation*. No exercício de 2025, a receita operacional bruta do Grupo totalizou R\$1.008.108, aumento de 36,5% comparado com 2024. Por sua vez, a receita operacional líquida atingiu o montante de R\$916.400 em 2025, contra R\$668.340 do ano anterior, o que reflete um incremento de 37,1%. No ano de 2024, encerramos o período com 11 data centers em operação, distribuídos da seguinte forma: 6 em Barueri, 1 em São Paulo e 1 em Campinas, 1 no Rio de Janeiro e 1 em Porto Alegre. Já ao término de 2025, ampliamos nossa presença, totalizando 11 data centers em funcionamento, distribuídos da seguinte maneira: 7 em Barueri, 1 em São Paulo, 1 em Campinas, 1 no Rio de Janeiro e 1 em Porto Alegre.

Recíta Líquida

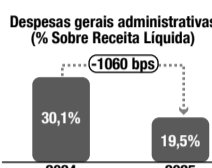


Custo das vendas: Em relação ao ano de 2025, o custo das vendas totalizou R\$599.095, correspondendo a 65,4% sobre a receita líquida, contra 73,9% do exercício anterior. Dentro desse montante, destacam-se R\$259.580 referentes à depreciação e amortização, R\$179.231 relacionados à energia elétrica, os quais juntos representam 73,3% dos custos totais. Adicionalmente, possuímos custos com pessoal no valor de R\$ 74.464 e serviços de terceiros no montante de R\$ 56.932. Os demais custos somam R\$28.888, equivalente a 4,8% do total dos custos. Comparativamente, no ano de 2024, os custos totais atingiram R\$493.651, refletindo um aumento de 21,4% quando comparado com 2025. Este incremento é atribuído ao crescimento dos sites em operação, o que consequentemente acarretou um aumento nos custos relacionados à depreciação, energia, pessoal e serviços, que compõem as principais contas do grupo.



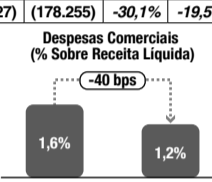
Custos	2024	2025	% ROL	2025 % ROL
Depreciação e amortização	(191.528)	(259.580)	-28,7%	-28,3%
Energia elétrica	(148.416)	(179.231)	-22,2%	-19,6%
Custos com pessoal	(80.902)	(74.464)	-12,1%	-8,1%
Serviços de terceiros	(48.322)	(56.932)	-7,2%	-6,2%
Outros custos	(24.483)	(28.888)	-3,7%	-3,2%
Total	(493.651)	(599.095)	-73,9%	-65,4%

Despesas Gerais e Administrativas: No período entre 2024 e 2025, registrou-se uma redução de 11,42% nas despesas gerais e administrativas, totalizando respectivamente os valores de R\$178.256 e R\$201.227. Essa redução foi impulsionada pelo forte trabalho de redução de despesas administrativas adicionado a redução com despesas de depreciação e amortização. Como principais linhas de Despesas Gerais Administrativas no exercício de 2025 tivemos despesas com pessoal no total de R\$96.895, serviços de terceiros de R\$ 15.056, depreciação e amortização de R\$ 45.015, perfazendo um total de 88,0% do montante total das despesas. As demais despesas somam R\$21.289.



Despesas gerais e administrativas	2024	2025	% ROL	2025 % ROL
Despesas com pessoal	(90.668)	(96.895)	-13,6%	-10,6%
Serviços de terceiros	(14.132)	(15.056)	-2,1%	-1,6%
Depreciação e amortização	(62.887)	(45.015)	-9,4%	-4,9%
Outras despesas	(33.540)	(21.289)	-5,0%	-2,3%
Total	(201.227)	(178.255)	-30,1%	-19,5%

Despesas Comerciais: As despesas comerciais da companhia apresentaram redução de 40 bps entre os anos de 2024 e 2025, e totalizaram R\$10.407 e R\$10.921, respectivamente. Dentro desse montante, os principais valores correspondem a despesas com pessoal, totalizando R\$9.746, serviços de terceiros que totalizou R\$749. Estas duas categorias representam conjuntamente 96,1% do total das despesas comerciais. Os 3,9% restantes estão distribuídos entre outras linhas, totalizando R\$427.



Despesas comerciais	2024	2025	% ROL	2025 % ROL
Despesa com pessoal	(8.122)	(9.746)	-1,2%	-1,1%
Serviços de terceiros	(556)	(749)	-0,1%	-0,1%
Outras receitas (despesas)	(1.729)	(427)	-0,3%	0,0%
Total	(10.407)	(10.921)	-1,6%	-1,2%

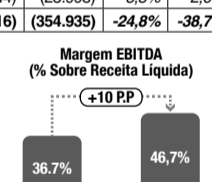
Recíta Financeira: A receita financeira da Companhia registrou um expressivo aumento de 77,2% ao compararmos os anos de 2024 e 2025, evoluindo de R\$139.078 em 2024 para R\$246.485 em 2025. Esse significativo crescimento foi devido principalmente ao aumento das receitas com derivativos e variação cambial ativa, parcialmente reduzido pelos rendimentos das aplicações financeiras devido a menor exposição de saldos nas aplicações financeiras no exercício de 2025.

Recítas financeiras	2024	2025	% ROL	2025 % ROL
Operações com derivativos	36.613	173.560	5,5%	18,9%
Rendimento de aplicações financeiras	99.078	42.059	14,8%	4,6%
Variação cambial ativa e outras receitas	3.387	30.866	0,5%	3,4%
Total	139.078	246.485	20,8%	26,9%

Despesa Financeira: A despesa financeira da Companhia apresentou aumento de 114,4% em relação ao ano de 2024, passando de R\$165.516 em 2024 para R\$354.936 em 2025. Este aumento é atribuído principalmente ao aumento da taxa de juros no país, adicionado de novas captações de empréstimos e financiamentos no exercício de 2025, culminando num maior reconhecimento de juros e também no reconhecimento de variação cambial passiva atrelado a um dos financiamentos.

Despesas financeiras	2024	2025	% ROL	2025 % ROL
Juros sobre debêntures empréstimos e financiamentos	(142.688)	(307.857)	-21,3%	-33,6%
Variação cambial passiva	(484)	(23.080)	-0,1%	-2,5%
Outras despesas	(22.344)	(23.998)	-3,3%	-2,6%
Total	(165.516)	(354.935)	-24,8%	-38,7%

EBITDA: No ano de 2025, o EBITDA totalizou o montante de R\$428.103 contra R\$245.199 no ano de 2024, refletindo um notável incremento de 74,6%, ou seja, um acréscimo de R\$182.904 ano versus ano. A margem EBITDA atingiu 46,7% em 2025, com expansão de 10 p.p. em relação a 2024. Este aumento substancial pode ser atribuído à expansão da operação, passando de 10 para 11 data centers em funcionamento, adicionado a forte gestão de custos e despesas da Companhia.



EBITDA	2024	2025	2025 vs 2024
Resultado Líquido	(71.158)	(20.952)	-70,6%
Resultado Financeiro	26.438	108.451	310,2%
IRPJ/CSLL	35.504	36.010	1,4%
Depreciação/Amortização	254.415	304.595	19,7%
EBITDA	245.199	428.103	74,6%
Recíta Líquida	668.340	916.400	37,1%
Margem EBITDA	36,7%	46,7%	10,0 p.p.

Resultado Líquido: O resultado líquido da Companhia no exercício encerrado em 2025 foi um prejuízo de R\$(20.952), inferior ao prejuízo de R\$(71.158) registrado em 2024. A melhora no desempenho reflete, principalmente, o aumento expressivo da margem bruta, aliada à eficiente gestão das despesas operacionais, sendo parcialmente compensada pela piora no resultado financeiro líquido. **Capital Circulante líquido:** O Capital Circulante Líquido (CCL), que corresponde ao Ativo Circulante subtraído do Passivo Circulante, segue com um resultado positivo:

CCL	2025	2024
Ativo Circulante	1.124.112	1.428.657
Passivo Circulante	901.599	871.716
Capital Circulante Líquido	222.513	556.941
Índice de liquidez corrente	1,25	1,64

Endividamento: A Companhia encerrou 2025 com dívida líquida de R\$4.355.499 versus R\$3.837.173 em 2024. No decorrer de 2025, foram captadas novas linhas de créditos totalizando R\$483.069 e pagamentos das dívidas no montante de R\$906.640.

Dívida Líquida	2025	2024
Empréstimos e Financiamentos	4.688.761	4.389.199
Circulante	347.268	238.882
Não circulante	4.341.493	4.150.317
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	333.262	542.026
Caixa e equivalentes de caixa	250.822	542.026
Aplicações financeiras restritas	82.440	-
Endividamento Líquido	4.355.499	3.847.173

Indicadores de endividamento: A Companhia monitora os seguintes indicadores de endividamento, que têm suas definições abaixo: Coeficiente de Alavancagem e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida. O Coeficiente de Alavancagem significa a divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA Ajustado do último semestre anualizado, e era igual a 4,6x no encerramento de 2025 sendo que o índice requerido era de 6,25x considerando a 2ª, 3ª e 4ª emissão de debêntures.

R\$ Mil	2025
Dívida Líquida Financeira (i)	4.602.079
EBITDA Ajustado(ii)	995.861
Coeficiente de Alavancagem	4,6x

(i) Dívida líquida financeira é representado por empréstimos e financiamentos adicionado as garantias dadas pela Scala para as demais empresas do grupo deduzido do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras; (ii) EBITDA Ajustado Significa o EBITDA considerando os seguintes itens de ajuste: (a) adição das receitas contratadas registradas, mas não faturadas (BBNB), pelo valor anualizado em que a primeira fatura será cobrada dentro de 72 (setenta e dois) meses, (b) adição de qualquer diferencial resultante da avaliação de meio de exercício social das instalações, calculadas pro forma, como se as instalações tivessem sido feitas no primeiro dia do exercício social correspondente, (c) adição de Despesas de Expansão no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) por ano civil aplicados no Brasil, e (d) dedução de rotatividade de receita (churn) futura conhecida no momento do cálculo. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida significa a divisão do Fluxo de Caixa Disponível para o Serviço da Dívida pelo valor do principal, da despesa com juros e resultado de SWAP dos últimos 12 meses. Para fins de covenants financeiros, o Índice verificado em cada medição deverá ser igual ou superior a 1,10:1,00 para 2ª, 3ª e 4ª emissões de debêntures. As medições anteriores requeridas a partir de 30 de junho de 2023 foram realizadas e apresentaram o índice requerido. No encerramento de 2025 índice medido foi de 1,6:1,00.

R\$ Mil	2025
(+) Despesa Financeira	531.923
(+) Amortização da Dívida (Principal)	200.000
(-) Serviço da Dívida	731.923
Fluxo de Caixa Disponível	1.144.270
Índice de Cobertura de Serviço da Dívida	1,6x

Investimentos: Os investimentos realizados em 2025 totalizaram R\$1.822.783 versus um investimento de R\$4.301.539 em 2024. Os investimentos foram aplicados na construção dos diversos data centers em Tamboré/SP, Fortaleza/CE e expansões em data centers já em operação, destaca-se também as aquisições do terreno em Eldorado do Sul-RS, que se destinará a Scala AI City. No encerramento de 2025 a companhia contava com 11 data centers em operação e 4 data centers em construção. Essa expansão estratégica visa fortalecer nossa infraestrutura e ampliar nossa capacidade de atender às crescentes demandas do mercado com excelência e eficiência. **Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido da Companhia em 2025 totalizou R\$5.963.427, em comparação com os R\$4.332.723 registrados em 2024, representando uma variação positiva de R\$1.630.704. Esse incremento foi principalmente influenciado pelo aporte de recursos dos acionistas no montante de R\$1.303.279, adicionado da variação de outros resultados abrangentes com Swap no valor de R\$348.486, parcialmente reduzido pelo prejuízo do exercício e ajuste de conversão no total de R\$21.057. **Composição Acionária:** A Scala é controlada pelo DYN DC - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que detém 100% do seu capital volante. O DYN DC - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia é um veículo de investimento de fundos geridos por afiliadas da Digital Bridge Group, Inc., empresa com ações listadas na Bolsa de Nova Iorque (EUA) e um dos 10 maiores gestores de ativos alternativos de infraestrutura globais de acordo com a Infrastructure Investor Top 100 de 2024. Durante 2025, foram realizados aportes de capital na Companhia, no valor agregado de R\$1.303.278.840,00, sendo o capital social na data de 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$6.434.339.353,33. Abaixo as informações dos aumentos de capital ocorridos em 2025:

Data	Tipo da Ação	Quantidade de ações	Valor do aumento de capital	Valor por ação
31/01/2025	ON	175.830.000	R\$ 175.830.000,00	R\$ 1,00
26/02/2025	ON	96.951.000	R\$ 96.951.000,00	R\$ 1,00
28/02/2025	ON	34.758.000	R\$ 34.758.000,00	R\$ 1,00
17/03/2025	ON	114.120.000	R\$ 114.120.000,00	R\$ 1,00
03/04/2025	ON	84.994.500	R\$ 84.994.500,00	R\$ 1,00
02/05/2025	ON	112.760.000	R\$ 112.760.000,00	R\$ 1,00
27/06/2025	ON	82.875.000	R\$ 82.875.000,00	R\$ 1,00
21/07/2025	ON	140.540.430	R\$ 140.540.430,00	R\$ 1,00
28/08/2025	ON	153.220.840	R\$ 153.220.840,00	R\$ 1,00
30/09/2025	ON	157.176.000	R\$ 157.176.000,00	R\$ 1,00
31/10/2025	ON	94.316.220	R\$ 94.316.220,00	R\$ 1,00
26/12/2025	ON	55.736.850	R\$ 55.736.850,00	R\$ 1,00
		1.303.278.840	R\$ 1.303.278.840,00	

Governança Corporativa, Ética, Compliance e Gestão de Riscos: Governança: A Scala Data Centers mantém uma estrutura de governança corporativa orientada pela integridade, transparência e gestão diligente de riscos, com o objetivo de sustentar a execução de sua estratégia e preservar valor no longo prazo para acionistas e demais stakeholders. A Companhia é administrada por sua Diretoria, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, composta por cinco membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, responsáveis pela condução estratégica e operacional da organização. O Programa de Compliance da Scala é supervisionado por instâncias formais de governança incluindo, mas não se limitando ao Comitê de Ética e Compliance, que atua conforme regimento próprio e conta com a participação de membro externo, fortalecendo a independência e a supervisão do programa. <

★ continuação

nossa força de trabalho e impulsionar o desenvolvimento das comunidades em que atuamos. Essas iniciativas reafirmam nosso compromisso de operar data centers hiperescaláveis, sustentáveis e altamente eficientes, integrando responsabilidade ambiental, social e de governança em nossas operações. Essa abordagem nos posiciona como referência no mercado, ao mesmo tempo em que fortalece nosso propósito de liderar o setor rumo a um futuro mais sustentável, resiliente e inclusivo. Reconhecimento e Prêmios: Legado de Excelência: Ao longo de 2025, a Scala Data Centers continuou a ser reconhecida globalmente por sua atuação em inovação, sustentabilidade, excelência operacional e liderança na infraestrutura digital. Os prêmios recebidos refletem o impacto da companhia no desenvolvimento da indústria de data centers na América Latina. • Reconhecida, pelo quinto ano consecutivo, como uma empresa Great Place to Work (GPTW). • Frost & Sullivan - Latin American Data Center Services Competitive Strategy Leadership Award - Brazilian High-Density Data Center Solutions Company of the Year. • Pelo sexto ano consecutivo, a Scala Data Centers foi reconhecida como líder no quadrante de Colocation Services do ISG Provider Lens™ 2025. • Solo Ouro do GHG Protocol pelo segundo ano consecutivo. • Múltiplos prêmios, reconhecendo excelência em finanças, construção, pessoas e sustentabilidade: - Tech Capital Global Awards 2025: Planet Friendly Finance Award and LatAm Digital Infrastructure Leader Award. - DCD LATAM Awards 2025: Data Center Construction Team of the Year. - DCD Global Awards 2025: Data Center Workforce Initiative of the Year. - IJGlobal Awards: Digital Infrastruc-

Relatório da Administração da Scala Data Centers S.A.

ture Deal of the Year - Latin America. - Data Center Magazine: reconhecida como uma das Top 100 empresas de infraestrutura digital do mundo e como participante do ranking Top 100 Women in Data Centers 2025. - Global Sustainability Awards 2025: Sustainable Finance Award. **Pesquisa e Desenvolvimento - Inovação:** A área de inovação da Scala Data Centers tem como missão impulsionar o valor da companhia por meio de avanços estratégicos em eficiência, sustentabilidade e segurança. Atuamos na evolução contínua de processos e tecnologias, garantindo maior competitividade e resiliência para a empresa. A eficiência é aprimorada por meio da automação de processos operacionais e da otimização de infraestrutura, incluindo padronização pré-fabricação. Já a sustentabilidade é abordada com foco em conservação de energia e na adoção de alternativas de menor impacto ambiental. A segurança e a inovação em infraestrutura são tratadas tanto por meio de soluções proprietárias quanto em colaboração com parceiros estratégicos. Para isso, contamos com um time de desenvolvimento interno, que adota metodologias ágeis, e uma estrutura multidisciplinar robusta de engenharia. Além disso, participamos ativamente de redes globais, como a iMasons, o Centro de Referência em Inovação (CRI) da Fundação Dom Cabral, e a Brasscom, garantindo alinhamento com as principais tendências tecnológicas e regulatórias do setor. Entre as iniciativas em andamento, destacam-se a aplicação de design generativo para otimizar a engenharia de plantas, a automação de processos operacionais e fiscais, além de pesquisas, testes e implementações com tecnologias avançadas de resfriamento, como

liquid cooling, uso de refrigeração passiva e gestão térmica, visando a remoção eficiente de calor em racks de alta densidade para cargas de inteligência artificial - para as quais os nossos designs future-proof já estão preparados. Também conduzimos estudos sobre biocombustíveis drop-in, para aumentar a sustentabilidade da geração elétrica de contingência, e materiais de construção "verdes", para aumentar a sustentabilidade das edificações. **Relacionamento com Auditores Independentes:** A Scala adota procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes, além de consultar os auditores independentes para assegurar que a realização da prestação destes e de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes. **Considerações Finais:** Agradecemos o empenho de todos os integrantes da Scala e acionistas e o apoio de seus clientes, fornecedores, credores, bem como as entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2025.

Barueri, 26 de março de 2026

A Administração

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Scala Data Centers S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanças patrimoniais	Controladora		Consolidado		
	Notas	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	249.907	540.866	250.821	542.026
Aplicações financeiras restritas	4	82.395	-	82.395	-
Contas a receber clientes	5	248.419	186.492	248.419	186.492
Adiantamento a fornecedores	7	315.566	492.765	315.566	492.765
Tributos a recuperar	6	50.280	67.095	50.280	67.099
Outros ativos	9	19.651	13.629	19.651	13.629
Instrumentos financeiros derivativos	3	156.980	126.646	156.980	126.646
Total do ativo circulante		1.123.198	1.427.493	1.124.112	1.428.657
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras restritas	4	45	-	45	-
Depósitos judiciais	30	322	209	322	209
Tributos a recuperar	6	58.383	47.580	58.383	47.580
Investimentos em ativos financeiros	8	37.534	36.000	37.534	36.000
Ativos de direitos de uso	11	409.511	162.524	409.511	162.524
Outros ativos	9	13.238	428	13.238	428
Investimentos	12	59.174	142.885	-	-
Imobilizado	13	9.081.020	7.182.468	9.139.283	7.266.735
Intangível	14	2.003.999	2.034.894	2.003.999	2.035.673
Total do ativo não circulante		11.663.226	9.606.988	11.662.315	9.549.149

	2025	2024	2025	2024
Total do ativo	12.786.424	11.034.481	12.786.427	10.977.806

Balanças patrimoniais	Controladora		Consolidado		
	Notas	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante					
Fornecedores	15	329.248	323.250	329.248	323.257
Obrigações com risco sacado	15	66.746	-	66.746	-
Provisão de custos e despesas	19	29.314	109.442	29.314	109.442
Obrigações tributárias	18	7.567	15.098	7.567	15.116
Debêntures, empréstimos e financiamentos	16	347.268	238.882	347.268	238.882
Passivos de arrendamentos	11	26.212	11.218	26.212	11.218
Obrigações trabalhistas	17	62.913	102.951	62.913	102.951
Passivos relacionados com contratos de clientes	20	30.561	57.539	30.561	57.539
Outros passivos		1.767	13.311	1.770	13.311
Total do passivo circulante		901.596	871.691	901.599	871.716
Passivo não circulante					
Debêntures, empréstimos e financiamentos	16	4.341.493	4.150.317	4.341.493	4.150.317
Obrigações tributárias	18	12.760	-	12.760	-
Passivos de arrendamentos	11	403.821	155.911	403.821	155.911
IR e contribuição social diferidos	10	157.665	121.656	157.665	121.656
Passivos relacionados com contratos de clientes	20	649.979	705.649	649.979	648.769
Provisões para contingências	30	1.603	2.071	1.603	2.071
Instrumentos financeiros derivativos	3	354.080	694.643	354.080	694.643
Total do passivo não circulante		5.921.401	5.830.067	5.921.401	5.773.367
Patrimônio líquido					
Capital social	21	6.434.339	5.131.061	6.434.339	5.131.061
Prejuízos acumulados		(251.492)	(230.537)	(251.492)	(230.537)
Ajuste acumulado de conversão	12	91	196	91	196
Outros resultados abrangentes	3	(219.511)	(567.997)	(219.511)	(567.997)
Total do patrimônio líquido		5.963.427	4.332.723	5.963.427	4.332.723
Total do passivo e patrimônio líquido		12.786.424	11.034.481	12.786.427	10.977.806

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Notas	Reservas de Capital de Giro		Reservas para Investimentos	Prejuízos Acumulados	Ajuste Acumulado de Conversão	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva Legal					
Saldo em 31 de dezembro de 2023		3.597.111	4.410	36.570	38.067	(238.426)	14	3.421.879
Aumento de capital social	21	1.533.950	-	-	-	-	-	1.533.950
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(71.158)	-	(71.158)
Absorção de reservas	21	-	(4.410)	(36.570)	(38.067)	-	-	-
Outros resultados abrangentes instrumentos financeiros derivativos - hedge accounting - Swap	3	-	-	-	-	-	(552.130)	(552.130)
Ajuste acumulado de conversão	12	-	-	-	-	182	-	182
Saldo em 31 de dezembro de 2024		5.131.061	-	-	-	(230.537)	196	4.332.723
Aumento de capital social	21	1.303.279	-	-	-	-	-	1.303.279
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(20.952)	-	(20.952)
Outros resultados abrangentes - instrumentos financeiros derivativos - hedge accounting - Swap	3	-	-	-	-	-	348.486	348.486
Ajuste acumulado de conversão	12	-	-	-	-	(105)	-	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		6.434.339	-	-	-	(251.492)	91	5.963.427

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

1. Contexto operacional: A Scala Data Centers S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, e foi constituída em 16 de agosto de 2019, com prazo indeterminado, conforme artigo 4º do Estatuto Social. Suas controladas não operacionais são Scala US HoldCo LLC e Scala RLS Ltda., que em adição à Companhia, denominamos ("Grupo"). O Grupo tem por objeto social, locação de equipamentos e cessão de infraestrutura em data center (colocation), participação no capital de outras sociedades no Brasil e no exterior, desenvolvimento e investimento em empreendimentos imobiliários, assim como locação e administração de bens móveis e imóveis e, para a consecução de seu objeto, a Companhia poderá realizar as atividades mencionadas, por si própria e/ou por meio de contratos com outras sociedades, podendo ainda adquirir, importar ou subcontratar outras sociedades, ou de outras sociedades, o fornecimento e maquinário, equipamentos, ferramentas e de serviços de manutenção ou ampliação de seus ativos. A Companhia é controlada diretamente pelo DYN DC - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP"), um veículo de investimento de fundos geridos por afiliadas da Digital Bridge Group, Inc. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2026. **2. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma como os instrumentos financeiros derivativos que se encontram ao seu valor justo. A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Exceto para a controlada Scala US HoldCo LLC cuja moeda funcional é o Dólar Americano, diferente da moeda de apresentação das demais entidades do Grupo, e tendo suas informações contábeis utilizadas para consolidação nas demonstrações financeiras da Companhia convertidas na moeda de apresentação, as receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. As atualizações da conta de investimentos decorrente da variação cambial referente à investida no exterior são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos seus negócios. A Administração efetua anualmente, quando da preparação e aprovação de suas demonstrações financeiras, uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades operacionais pelos próximos 12 meses. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a sua capacidade de continuidade operacional e financeira pelos próximos 12 meses. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais estimativas da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.19. **2.3 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As entidades controladas incluídas na consolidação estão descritas nas notas explicativas 1 e 12. **2.4 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o exercício social. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável. **2.5 Caixas e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em conta movimento, e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança em seu valor de mercado. Esses títulos são realizáveis em até 90 dias a partir da data original de cada título. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo, juntamente com a realização de outros ativos circulantes, e não para investimentos ou outros fins. **2.6 Contas a receber:** O saldo de contas a receber é registrado e mantido no balanço pelo valor de realização dos títulos representativos desses créditos. O Contas a receber é reconhecido pelo valor da futura no período em que o serviço é prestado aos clientes e quando o direito à contraprestação é incondicional. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) estão constituídas em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas futuras, com base no histórico de perdas na realização das contas a receber, e considerando os riscos de crédito envolvidos com sua carteira de clientes. A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento dos clientes e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas para eles. As taxas de perdas históricas são ajustadas à fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que possam afetar a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. **2.7 Investimentos:** A Scala Data Centers S.A. classifica seus investimentos de acordo com a natureza da participação societária, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os investimentos são mensurados conforme os seguintes critérios: a) Investimentos em controladas: Mensurados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. b) Investimentos em coligadas: Aplicável quando há influência significativa, também mensurado pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial ajusta o valor contábil dos investimentos para refletir a participação da Companhia nos lucros ou prejuízos das investidas após a data de aquisição. A Companhia avalia periodicamente se há evidência objetiva de perda no valor recuperável dos investimentos, conforme previsto no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Caso necessário, são reconhecidas perdas por impairment na demonstração do resultado. Ganho ou perda resultante de transações entre a Companhia e suas investidas é eliminado proporcionalmente à participação societária, conforme as diretrizes contábeis aplicáveis.

A participação nos lucros das investidas é apresentada na linha "Equivalência patrimonial" da demonstração do resultado. Eventuais variações patrimoniais das investidas reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes são refletidas na demonstração de mutações do patrimônio líquido da Companhia. **2.8 Imobilizado:** São mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment") quando aplicável. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As imobilizações em andamento são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos de empréstimos diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente no fim da data do balanço patrimonial, na medida que indicativos sejam identificados, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em outros resultados operacionais. Abaixo as respectivas taxas de depreciação anuais:

2025	2024
Taxa de depreciação ao ano (i)	Taxa de depreciação ao ano (i)
Benefitória em imóveis de terceiros	1% a 20%
Edifícios	2% a 4%
Equipamentos de informática	10% a 20%
Máquinas e equipamentos	3% a 10%
Instalações	4% a 20%
Móveis e utensílios	7% a 10%
Veículos	20%

(i) Não houve alteração nas taxas de depreciação no exercício de 2025. **2.9 Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido das amortizações acumuladas e da redução ao valor recuperável ("impairment"). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, são mensurados com base na diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, e são reconhecidos no resultado. Abaixo as respectivas taxas de amortizações anuais definidas pela Administração:

2025	2024
Taxa de amortização ao ano (i)	Taxa de amortização ao ano (i)
Direitos e desenvolvimento de uso de software	10% a 20%
Marcas e patentes	Análise de valor recuperável
Ágio (Goodwill)	Análise de valor recuperável
Mais-valia	6,66% a 10%
Projetos em andamento	Análise de valor recuperável

(i) Não houve alteração nas taxas de amortização no exercício de 2025. **Ágio (Goodwill)** O ágio (goodwill) representa o excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data de aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo sejam menores do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **2.10 Ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos:** Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamentos correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente dos pagamentos. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. **2.11 Obrigações com risco sacado:** A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado junto às instituições financeiras. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, o Grupo continua demonstrando essas transações nas atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. (Nota 15). **2.12 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a

Demonstrações do resultado	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	23	916.400	666.976	916.400	668.340
Custo com locação	24	(599.095)	(492.975)	(599.095)	(493.651)
Lucro bruto		317.305	174.001	317.305	174.689
Resultado operacional					
Despesas gerais e administrativas	25	(175.978)	(186.771)	(178.256)	(201.227)
Despesas comerciais	26	(10.921)	(10.407)	(10.921)	(10.407)
Outros resultados operacionais	27	4.702	27.729	(4.620)	27.729
Resultado de equivalência patrimonial	12	(10.940)	(13.161)	-	-
Total resultado operacional		(193.137)	(182.610)	(193.797)	(183.905)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos impostos		124.168	(8.609)	123.508	(9.216)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	245.823	138.970	246.485	139.078
Despesas financeiras	28	(354.933)	(165.509)	(354.935)	(165.516)
Despesas financeiras, líquidas		(109.110)	(26.539)	(108.450)	(26.438)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		15.058	(35.		

→ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 da

caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. **Passivos financeiros:** No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, com destaque às contas de fornecedores, obrigações com risco sacado, debêntures, empréstimos e financiamentos, e obrigações tributárias e trabalhistas; e exceto em determinadas circunstâncias, determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e/ou por meio do resultado abrangente como aqueles registrados na rubrica instrumentos financeiros derivativos. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento mensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que, quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia realizou a análise de *impairment* de seus ativos não financeiros, com base na perspectiva e capacidade de geração de caixa (ou valor em uso) dos ativos ao longo do tempo, considerando as estruturas adquiridas (ativos imobilizados e intangíveis) e os contratos ativos (relacionamento com clientes) e projetou a geração de caixa satisfatória para recuperabilidade dos seus ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros que poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos foi necessária. Para o teste de valor recuperável a Companhia considerou o negócio como uma unidade geradora de caixa (UGC), em função do modelo de gestão de caixa unificado e um único segmento operacional onde o CODM, principal tomador de decisão, é a diretoria estatutária. O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas com base nos contratos futuros, custos e despesas com base histórica, estimativas de investimentos, capital de giro futuros, taxa de desconto e perpetuidade. **Instrumentos financeiros derivativos e operações de “hedge”:** Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição da Companhia, no sentido de administrar suas posições. As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre hedge contábil, suas categorias e hedge econômico. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía operação de Hedge de Fluxo de Caixa, em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, cujo objetivo é proteger a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco das mudanças na taxa de juros, as quais impactam o resultado da Companhia. A descrição da Relação de Hedge está descrita na nota explicativa 3. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do hedge; ou (ii) na realização do objeto de hedge. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente em conta de resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. **2.15 Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.16 Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, utilizando a taxa vigente da data da transação. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.17 Reconhecimento da receita:** As receitas da Companhia decorrem principalmente de contratos com cliente, locação/arrendamentos operacionais com prestação de serviços adicionais, denominados em conjunto com “colocation”. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços. As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. A receita de aluguéis/colocation é reconhecida com base na fruição dos contratos e a receita de serviços é apropriada ao resultado quando o controle dos serviços é transferido ao cliente. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos. Os contratos de “colocation”, principal linha de receita, contêm o espaço e a infraestrutura disponibilizados de forma conjunta ao cliente, o que consiste no fornecimento de energia, ambiente de sistemas controlados (ar-condicionado e refrigeração), conectividade e segurança. A Companhia, no curso normal de suas operações, celebra contratos de prestação de serviços que podem prever a constituição de garantias destinadas a assegurar o cumprimento de obrigações contratuais e mitigar riscos de inadimplimento. Essas garantias podem incluir garantias financeiras, cartas de crédito, ou depósitos vinculados e outras modalidades contratuais de mitigação de risco. A Administração avalia a existência e as condições dessas garantias no momento da celebração dos contratos e periodicamente durante sua vigência. Para fins de apresentação nas demonstrações financeiras, tais garantias são analisadas quanto à sua natureza e efeitos contábeis, de modo a assegurar sua adequada classificação e divulgação, quando aplicável, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os fluxos de receita são substancialmente reconhecidos em bases mensais. Em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 47, a receita decorrente da disponibilização de espaço e infraestrutura é apropriada de forma linear ao longo da vigência contratual, refletindo a prestação contínua dos serviços e o atendimento das obrigações assumidas, considerando que os clientes recebem e consomem simultaneamente os benefícios gerados. Os valores recebidos antecipadamente são registrados na rubrica Passivos relacionados com contratos de clientes, por representarem obrigação presente de prestação de serviços futuros. A Companhia avalia seus contratos vigentes atualmente, aplicando reajuste previamente pactuado entre as partes, podendo consistir em: (i) percentual fixado com base no valor inicial contratado; (ii) atualização monetária por índice previamente definido em contrato, ou (iii) combinação de ambos os critérios. No processo de reconhecimento de receita é avaliado a credibilidade e a capacidade de cobrança com base no histórico do cliente em transações anteriores e, caso a expectativa de recebimento deixe de ser provável, o reconhecimento da receita é suspenso. Conforme legislação fiscal, as alíquotas de tributos sobre as vendas são: • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%; • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Imposto sobre serviços - 2% a 5%. **2.18 Pronunciamentos novos ou revisados: 2.18.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia avaliou os novos pronunciamentos, interpretações e alterações às normas emitidas pelo CPC e, com vigência obrigatória para exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2025. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade -** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada,** Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A Administração concluiu que a adoção desses novos pronunciamentos e alterações não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto quanto ao aprimoramento das divulgações, quando aplicável. **2.18.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras -** Em 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o **CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis**, que substituirá o **CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. O CPC 51 introduz novos requisitos de apresentação na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), incluindo a obrigatoriedade de apresentação de totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades deverão classificar todas as receitas e despesas na DRE em uma das seguintes categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas das quais as três primeiras são novas e representam inovação relevante em relação ao modelo atualmente vigente. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* - PFS) e das notas explicativas. Além disso, o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do

ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes: A receita de aluguel, a variação no valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado. As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio. Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMS); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)). Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis, atualmente o CPC e suas entidades congradadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. **Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40 (R1) - Classificação, Mensuração e Evidenciação de Instrumentos Financeiros:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou alterações aos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, com o objetivo de atualizar e aprimorar os requisitos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. **Revisões dos Pronunciamentos Técnicos do CPC -** Aprovou um conjunto de melhorias anuais, contemplando alterações de escopo limitado destinadas a promover esclarecimentos, simplificações, ajustes redacionais e maior consistência entre pronunciamentos técnicos. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência dos seguintes pronunciamentos: CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Em conformidade com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas para a contabilização de determinados ativos, passivos e outras transações. A Administração da Companhia para definir tais estimativas e premissas baseou-se em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis, considerados fatos e circunstâncias. As premissas das estimativas são revisadas anualmente, e caso seja necessário, as mudanças são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. Contudo, mesmo que essas premissas e estimativas sejam revisadas pela Administração, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Demonstramos abaixo os critérios de estimativas e premissas mais relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras: **a) Cálculo do valor em uso - Ágio (Goodwill):** O Ágio (*Goodwill*) resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida ou custo de aquisição; e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio não é amortizado, mas é testado anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme descrito na nota 2.14. O ágio é revisado a cada data de balanço ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD):** Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico de perdas da Companhia, os riscos envolvidos em cada operação comercial com seus clientes, e a expectativa de perdas futuras com seus clientes, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. **c) Vida útil dos ativos não circulantes:** A Companhia reconhece a depreciação ou amortização dos ativos não circulantes (imobilizado e intangível) com base em sua vida útil estimada. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil (notas 2.8 e 2.9). **d) Provisões para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os valores das provisões podem ter atualizações monetárias e são registradas no resultado financeiro como despesas ou receitas financeiras, dependendo da natureza do ajuste. **e) Determinação do prazo de arrendamento de contratos com cláusulas de opção de renovação ou rescisão:** O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Grupo possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). **f) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantias semelhantes, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O Grupo estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos do Grupo. **2.20 Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.21 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025: a) Reforma Tributária sobre o consumo - Lei Complementar nº 214/2025:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta dispositivos relevantes da Emenda Constitucional nº 132/2023, a qual instituiu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A referida legislação estabeleceu a substituição gradual dos atuais tributos indiretos por um modelo estruturado no conceito de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto por: • **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, de competência federal, em substituição ao PIS, à COFINS e ao IPI; • **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, de competência estadual e municipal, em substituição ao ICMS e ao ISS; e • **Imposto Seletivo (IS)**, de natureza extralíquida, incidente sobre bens e serviços específicos. Durante o exercício de 2025 foram aprovadas as diretrizes gerais do novo regime tributário e formalizado o cronograma de implementação. A cobrança plena da CBS e do IBS está prevista para iniciar em 2026, com fase de testes e período de transição gradativa até 2033, nos termos da legislação. Parte das disposições ainda depende de regulamentação complementar e de ajustes operacionais pelos entes federativos. **Avaliação dos impactos contábeis:** A Companhia acompanha de perto a evolução da Reforma Tributária aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/2023 que promoveu alterações relevantes no sistema tributário nacional. Até a data de aprovação destas Demonstrações Financeiras, a regulamentação infraconstitucional encontra-se em andamento e ainda não há definição conclusiva quanto a aspectos essenciais para a mensuração segura dos efeitos da Reforma Tributária, tais como regras da transição, detalhamento dos regimes específicos de tributação, split payment, entre outros procedimentos operacionais. Diante desse cenário, a Administração concluiu que não existem, nesta data, elementos suficientes para mensuração confiável de impactos contábeis que demandem reconhecimento ou divulgação específica nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025. A Companhia continuará monitorando a evolução normativa e avaliará oportunamente os eventuais efeitos nas Demonstrações Financeiras de períodos futuros, quando houver base técnica adequada para sua mensuração. **3. Gestão de risco financeiro: 3.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a

Scala Data Centers S.A.

diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Companhia e é controlada pela Tesouraria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são monitorados diariamente, mantendo o nível necessário de flexibilidade financeira. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto		Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Hedge de fluxo de caixa	
Risco de mercado - taxa de juros	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade		Gestão de riscos a partir de instrumentos financeiros derivativos
Risco de crédito	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade		
	Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento		
		Avaliação de crédito	Bancos de 1ª linha	Diversificação das instituições financeiras
				Monitoramento dos limites de crédito/ratings
				Orientações de investimento em instrumentos de dívida
				Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores das contas a receber ou aumentam valores das contas a pagar decorrentes de moeda estrangeira. Em novembro de 2023 e em agosto de 2024, a Companhia emitiu debêntures e, através de instrumento financeiro derivativo, trocou o índice das debêntures para SOFR mais taxa fixa em USD. Na data da contratação dos SWAPS, a Companhia designou a operação para Hedge de Fluxo de Caixa e o objetivo é proteger a variação cambial da receita futura atrelado ao dólar (*colocation*), que são transações previstas ainda não reconhecidas no balanço da Companhia. Portanto, a variação cambial do SWAP é reconhecida do patrimônio líquido para o resultado à medida que a Companhia reconhece a receita futura. O efeito *forward* do SWAP é reconhecido como custo de Hedge. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de valor justo dos SWAPS foi: Hedge de fluxo de caixa:

Valor do notacional	Ponta ativa	Ponta passiva	Valor justo
1.072.334	CDI + 2.5%	SOFR + 4.33%	(144.881)
686.388	CDI + 2.0%	SOFR + 4.28%	(30.659)
686.387	CDI + 2.4%	SOFR + 4.28%	(21.559)
2.445.109			(197.099)
			(22.412)
			(219.511)

Parcela já reconhecida no resultado financeiro

Total outros resultados abrangentes

As amortizações do SWAP ocorrem através dos valores repressados do hedge para o resultado. A Relação de Hedge não possui porção ineficaz e a expectativa de reconhecimento ao longo do tempo do valor do SWAP repressado em patrimônio líquido foi:

ANO ESPERADO DE RECONHECIMENTO	2026	2027	2028 em diante
Saldo repressado em Patrimônio Líquido	134.569	96.739	(450.819)

A Companhia avalia que o hedge é eficaz prospectivamente porque a variação do ativo subjacente (*underlying*) tem efeitos opostos na ponta passiva do SWAP e no reconhecimento da receita futura em reais. O risco de crédito não predomina a Relação de Hedge porque os hedges são realizados com instituições de primeira linha e sob provisões de chamada de margem. A razão de hedge é de 1:1, ou seja, cada USD 1,00 do swap protege USD 1,00 da receita futura atrelada ao dólar. A Companhia realizou análise de sensibilidade de valor justo sobre os instrumentos financeiros derivativos, considerando a curva de dólar de 31 de dezembro de 2025, com base na taxa de câmbio R\$/US\$ 5,5024:

Variação da curva futuro de dólar	-10%	-5%	5%	10%
Saldo referente aos resultados abrangentes (177.389)	(187.244)	(206.954)	(216.809)	(216.809)

(ii) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O departamento responsável pela análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas da Companhia que considera o nível do risco de crédito a que está exposto no curso de seu negócio. A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. A Administração estabelece princípios para gestão de risco e investimento de excedentes de caixa. **(iii) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pela Companhia é investido em conta corrente com incidência de juros, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pela previsão acima mencionada. Atualmente, a Companhia acredita que possui liquidez adequada para liquidar seus passivos em aberto em 31 de dezembro de 2025. **3.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas devem aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. **3.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O SWAP designado para Hedge de Fluxo de Caixa obedece ao nível 2 de hierarquia de valor justo em conformidade com o CPC 46. A Companhia calcula o seu valor justo considerando os preços similares praticados em mercados ativos. **4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras restritas: 4.1 Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	915	11.894	1.830	12.943
Aplicações financeiras (i)	248.992	528.972	248.991	529.083
Total	249.907	540.866	250.821	542.026

(i) Os investimentos em aplicações financeiras estão representados por investimentos de curto prazo, aplicados em CDBs (Certificado de Depósito Bancários) e compromissadas, com bancos de grande porte com rating *high grade* de investimento, junto às agências Fitch Rating, Moody's e Standard & Poor's. Os rendimentos são em média 97,45% dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) em 2025 e 101,63% em 2024, com liquidez imediata. **4.2 Aplicações financeiras restritas:**

Tipo de aplicação	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
CDB	de 100,0% a 103,0% do CDI	39.133	—	39.133
Aplicações em debêntures	100,00% do CDI	43.307	—	43.307
Total		82.440	—	82.440
Circulante		82.395	—	82.395
Não Circulante		45	—	45

A Companhia mantém aplicações financeiras vinculadas a linhas de financiamento, utilizadas como garantia de operações contratadas junto ao Banco do Brasil e ao Banco Bradesco S.A., razão pela qual estavam sujeitas a restrições de resgate. Em 31 de dezembro de 2025, do saldo total restrito de R\$82.440, o montante de R\$15.707 já se encontrava disponível para resgate. Contudo, a Companhia optou por manter a integralidade dos recursos aplicados, considerando a atratividade da taxa de rentabilidade. Dessa forma, permanecia efetivamente restrito o valor de R\$66.733. **5. Contas a receber clientes:** O prazo de faturamento estimado da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de “*colocation*”.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes nacionais	154.278	94.796	154.278	94.796
Clientes partes relacionadas (Nota 29)	18.922	1.331	18.922	1.331
Saldos não faturados (i)	75.619	90.923	75.619	90.923
Total	248.819	187.050	248.819	187.050

Provisão esperada para créditos

de liquidação duvidosa	(400)	(558)	(400)	(558)
Total	248.419	186.492	248.419	186.492

(i) Refere-se à estimativa de receita apurada na disponibilização do espaço e infraestrutura, ainda não faturada e devidamente contabilizada em sua competência. **Movimentação da provisão:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 01 de janeiro	(558)	(1.859)	(558)	(1.859)
Adições	(11)			

→ continuação **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Scala Data Centers S.A.**

6. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS a recuperar	2.154	4.786	2.154	4.786
COFINS a recuperar	7.727	20.303	7.727	20.303
IRRF a recuperar	35.806	28.485	35.806	28.489
PIS a apropriar pago antecipadamente (i)	10.947	10.868	10.947	10.868
COFINS a apropriar pago antecipadamente (i)	50.423	50.056	50.423	50.056
Outros tributos a recuperar	1.606	177	1.606	177
Total	108.663	114.675	108.663	114.679
Circulante	50.280	67.095	50.280	67.099
Não circulante	58.383	47.580	58.383	47.580

(i) Pagamentos de tributos de forma antecipada que serão apropriados no resultado pelo período de contrato de "colocação" que varia de 60 a 120 meses.

7. Adiantamento a fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	64.944	328.665	64.944	328.665
Adiantamento - partes relacionadas (Nota 29)	250.622	164.100	250.622	164.100
Total	315.566	492.765	315.566	492.765

Os valores apresentados no quadro acima na conta de adiantamento a fornecedores, são constituídos principalmente por adiantamentos relativos aos contratos de prestação de serviço de construção e fornecimento de equipamentos para os novos data centers, essa é uma prática usual para com os fornecedores no mercado de construção civil e fornecimento de equipamentos para data centers.

8. Investimentos em ativos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Participações em sociedades de propósitos específicos - SPE's	37.534	36.000	37.534	36.000
Total	37.534	36.000	37.534	36.000

Os investimentos em ativos financeiros referem-se a participações em sociedades de propósitos específicos (SPE's) constituídas com a finalidade de viabilizar projetos de autoprodução de energia elétrica, e sua produção é destinada, prioritariamente, ao atendimento das necessidades e consumos operacionais de uso próprio. A participação nesses empreendimentos tem como objetivo principal proporcionar maior eficiência na gestão dos custos com energia elétrica, bem como conferir maior previsibilidade de preços no longo prazo e diversificação das fontes de suprimento energético. A Classificação como ativo financeiro reflete a melhor forma como o negócio é administrado e as informações são fornecidas à Administração. Essa classificação depende do modelo de negócios da Companhia para administrar o ativo financeiro e dos prazos contratuais dos fluxos de caixa. No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos da transação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado financeiro. A Administração avaliou que as participações de 39,28% na SPE Assuruá e de 49,90% na SPE VDB não conferem à Scala controle, nos termos do CPC 36, nem influência significativa, conforme o IAS 28/CPC 18, uma vez que não asseguraram poder para dirigir atividades relevantes ou exercer predominância na governança das investidas, sendo os direitos de veto limitados e de natureza protetiva. Dessa forma, os investimentos são classificados como ativos financeiros de acordo com o CPC 48 e mensurados conforme as disposições contratuais aplicáveis nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

9. Outros ativos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento a funcionários	1.586	934	1.586	934
Despesas antecipadas	24.170	8.897	24.170	8.897
Estoque de óleo diesel para geradores	6.638	4.133	6.638	4.133
Outros ativos	495	93	495	93
Total	32.889	14.057	32.889	14.057
Circulante	19.651	13.629	19.651	13.629
Não circulante	13.238	428	13.238	428

10. Tributos diferidos: a) Composição do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Corrente	-	-	-	(282)
Diferido	(36.010)	(36.010)	(36.010)	(35.222)
Total	(36.010)	(36.010)	(36.010)	(35.504)

b) Conciliação da taxa efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social IR e CS pela alíquota fiscal nominal combinada 34%	15.058	(35.148)	15.058	(35.654)
Ajustes para reconciliar a taxa efetiva: Resultado de equivalência patrimonial Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal Adições e exclusões permanentes	(5.120)	11.950	(5.120)	12.122
Total	(1.162)	(13.198)	(1.162)	(13.532)

c) Composição dos tributos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IR e contribuição social diferidos - ativo IR e contribuição social diferidos - passivo	(157.665)	(121.656)	(157.665)	(121.656)
Total tributos diferidos líquido	(157.665)	(121.656)	(157.665)	(121.656)

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bases diferido ativo				
Descrição - IRPJ				
Outros resultados abrangentes	219.511	567.997	219.511	567.997
Adições temporárias	56.977	75.770	56.977	75.770
Saldo prejuízo fiscal	479.401	369.046	479.401	369.046
Base de cálculo IR diferido - Ativo	755.889	1.012.813	755.889	1.012.813
Alíquota vigente	25%	25%	25%	25%
Total	188.972	253.203	188.972	253.203

(-) Tributos diferidos ativos não reconhecidos

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Impostos de renda diferido - Ativo					
Descrição - CSLL					
Outros resultados abrangentes	219.511	567.997	219.511	567.997	
Adições temporárias	56.977	75.770	56.977	75.770	
Saldo prejuízo fiscal	516.957	406.209	516.957	406.209	
Base de cálculo CS - Ativo	793.445	1.049.976	793.445	1.049.976	
Alíquota vigente	9%	9%	9%	9%	
Total	71.410	94.498	71.410	94.498	

(-) Tributos diferidos passivos não reconhecidos

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Impostos de renda diferido - Passivo					
Descrição - CSLL					
Exclusões temporárias	(20.523)	(4.605)	(20.523)	(4.605)	
Amortização do ágio (Goodwill)	(463.722)	(357.811)	(463.722)	(357.811)	
Base de cálculo CS - Passivo	(484.245)	(362.416)	(484.245)	(362.416)	
Alíquota vigente	25%	25%	25%	25%	
Total	(121.061)	(90.604)	(121.061)	(90.604)	

(-) Tributos diferidos passivos não reconhecidos

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Impostos de renda diferido - Passivo					
Descrição - CSLL					
Exclusões temporárias	(20.523)	(4.605)	(20.523)	(4.605)	
Amortização do ágio (Goodwill)	(463.722)	(357.811)	(463.722)	(357.811)	
Base de cálculo CS - Passivo	(484.245)	(362.416)	(484.245)	(362.416)	
Alíquota vigente	25%	25%	25%	25%	
Total	(43.582)	(32.617)	(43.582)	(32.617)	

Prejuízo fiscal não reconhecido: O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal da Companhia e diferenças temporárias não foram reconhecidos, tendo em vista a não existência de lucro tributável em montante suficiente para realização do referido crédito tributário e a falta de expectativa provável de geração de lucros tributáveis futuros. **11. Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento:** (a) **Disposições sobre o CPC 06 (R2).** Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber) e pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. Os contratos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos são mensurados inicialmente ao custo. Os ativos de direito são depreciados ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental sobre empréstimo da arrendatária. (b) **Expedientes práticos aplicados:** Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma: • uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares; • utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos; • contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses como arrendamentos de curto prazo; • utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento. (c) **Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo de direito de uso (Aluguel)				
Contrato de aluguel - leasing	457.817	179.120	457.817	179.120
Amortização de contrato de aluguel - leasing	(48.306)	(16.596)	(48.306)	(16.596)
Total	409.511	162.524	409.511	162.524
Passivo de arrendamento				
Circulante	26.212	11.218	26.212	11.218
Não circulante	403.821	155.911	403.821	155.911
Total	430.033	167.129	430.033	167.129

As movimentações dos saldos dos ativos de direito de uso são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Movimentação do período				
Saldo em 1º de janeiro	162.524	159.334	162.524	159.334
Adição por novos contratos ou renemsurção	327.272	156.928	327.272	156.928
Amortização	(41.216)	(19.617)	(41.216)	(19.617)
Baixas	(39.069)	(134.121)	(39.069)	(134.121)
Saldo em 31 de dezembro	409.510	162.524	409.510	162.524

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Movimentação do período				
Saldo em 1º de janeiro	167.129	177.601	167.129	177.601
Adição por novos contratos ou renemsurção	327.270	153.148	327.270	153.148
Juros	38.840	15.756	38.840	15.756
Baixas	(42.220)	(147.432)	(42.220)	(147.432)
Pagamentos	(60.985)	(31.944)	(60.985)	(31.944)
Saldo em 31 de dezembro	430.033	167.129	430.033	167.129

(d) **Saldos reconhecidos na demonstração do resultado**

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Encargo de amortização dos ativos de direito de uso	(41.216)	(19.858)	(41.216)	(19.858)
Despesas com juros	(38.840)	(15.511)	(38.840)	(15.511)
Resultado das baixas	3.151	(648)	3.151	(648)

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O valor de crédito tributário de PIS e COFINS em 2025 foi de R\$1.122.

(e) **Prazos dos arrendamentos:** Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. (f) **Taxa de juros:** Os pagamentos de arrendamentos devem ser descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo, para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Quando não é possível mensurar no contrato de arrendamento a taxa incremental, a companhia utiliza a taxa DI, do dia da assinatura do contrato, mais a taxa da última debênture de 2024 que foi de 2,4%. Para determinar a taxa incremental de desconto, a Companhia sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de empréstimos/financiamentos da Companhia, ajustadas para refletir o risco de mercado da Companhia e o período do contrato.

(g) **Pagamentos de arrendamentos variáveis:** A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. **12. Investimentos: a) Participação societária nos investimentos:** O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e coligadas. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Controladora	Terrenos		Edifícios		Veículos		Instalações		Equipamentos de informática		Máquinas e equipamentos		Benefiteira em imóveis de terceiros		Móveis e utensílios		Imobilizado em andamento (ii)		Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	104.179	548.435	-	-	83.787	-	6.808	310.974	-	-	748.033	1.819	-	1.425.489	3.229.524	-	-	4.042.232	4.550.623
Adições	313.937	124.788	-	-	285	-	-	69.381	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.042.232
Baixas	(15.034)	(274.503)	-	-	(302)	-	(9)	(90.141)	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(379.992)
Transferências	-	165.731	-	-	-	-	693	439.995	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(975.215)
Depreciação do exercício	-	(31.786)	(34)	(30.122)	-	-	(2.224)	(59.800)	(93.453)	(268)	-	-	-	-	-	-	-	-	(217.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	403.082	532.665	251	53.363	5.268	670.409	1.023.032	1.892	4.492.506	7.182.468	2.361.603	2.361.603	2.361.603	2.361.603	2.361.603	2.361.603	2.361.603	2.361.603	2.361.603
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(10.229)	-	-	-	-	(131)	(147.359)	(28.081)	(21)	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.822)
Transferências (i)	92	58.580	29	(45.032)	1.693	773.504	641.801	679	(1.431.346)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(248.408)
Depreciação do exercício	-	(26.756)	(57)	(3.176)	(3.393)	(64.465)													

→ continuação

b. Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.052.128	3.052.128
Captação	1.360.954	1.360.954
Juros incorridos	479.107	479.107
Pagamentos de juros	(452.990)	(452.990)
Pagamentos de principal	(50.000)	(50.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.389.199	4.389.199
Captação	483.069	483.069
Juros incorridos	715.397	715.397
Varição Cambial	(6.279)	(6.279)
Custos com empréstimos e debêntures	(897)	(897)
Apropriação dos custos	14.912	14.912
Pagamentos de juros	(706.640)	(706.640)
Pagamentos de principal	(200.000)	(200.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.688.761	4.688.761

c. Fluxo de pagamentos das debêntures, empréstimos e financiamentos:

	2026	2027	2028	2029	Acima de 2030
Amortização/Juros	375.291	1.755.154	281.524	1.051.223	1.277.427

d. Cláusulas de covenants: De acordo com o estabelecido no Instrumento Particular de Escritura da Segunda e Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Scala Data Centers S.A., a Companhia se comprometeu a manter o coeficiente de alavancagem e o índice de cobertura de juros, e após a AGD realizada em 09 de novembro de 2023 e a 4ª emissão de debêntures em agosto de 2024, conforme os parâmetros descritos abaixo: I. Coeficiente de Alavancagem da Companhia apurado ao final de cada semestre (devidamente atualizado pelos últimos meses) deve ser superior aos parâmetros descritos abaixo: 2ª (segunda) emissão:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Coeficiente de alavancagem	06/23	12/23	06/24	12/24	06/25	12/25	06/26
Scala	6,50 x	6,50 x	6,50 x	6,50 x	6,25 x	6,25 x	5,75 x

3ª (terceira) emissão:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Coeficiente de alavancagem	06/24	12/24	06/25	12/25	06/26	12/26
Scala	6,50 x	6,50 x	6,25 x	6,25 x	5,75 x	5,25 x

4ª (quarta) emissão:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Coeficiente de alavancagem	12/24	06/25	12/25	06/26	12/26	06/27	12/27
Scala	6,50 x	6,25 x	6,25 x	5,75 x	5,25 x	4,50 x	4,50 x

O Coeficiente de Alavancagem é calculado semestralmente pela Companhia com base nas informações financeiras intermediárias trimestrais não auditadas e/ou nas demonstrações financeiras anuais auditadas, conforme o caso, e no Relatório de Índices Financeiros, conforme aplicável. II. Índice de Cobertura de Juros apurado ao final de cada semestre deve ter o valor mínimo aos parâmetros descritos abaixo: 2ª (segunda) emissão:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Índice de Cobertura de Juros	06/23	12/23	06/24	12/24	06/25	12/25	06/26
Scala	carência	carência	carência	1,50 x	1,50 x	1,75 x	1,75 x

3ª (terceira) emissão:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Índice de Cobertura de Juros	12/24	06/25	12/25	06/26	12/26	06/27
Scala	carência	carência	carência	1,50 x	1,50 x	1,75 x

III. Índice de cobertura do serviço da dívida no valor mínimo de 1,10x calculado pela Companhia semestralmente (devidamente atualizado - últimos 12 meses), com base nas informações financeiras intermediárias trimestrais não auditadas e/ou nas demonstrações financeiras anuais auditadas, conforme o caso, e no Relatório de Índices Financeiros, observado que a apuração deverá ser realizada com relação ao semestre encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia realizou o cálculo de covenants para a posição de 31 de dezembro de 2025 referente a 2ª, 3ª e 4ª emissão e os resultados estavam em conformidade com as obrigações contratuais e, portanto, a Companhia está adimplente com as cláusulas de covenants em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, a Companhia avalia semestralmente até o prazo de 12 meses, sua adimplência em relação às cláusulas de covenants, e até a presente data de emissão desta Demonstração Financeira não há início de não cumprimentos das cláusulas de covenants.

17. Obrigações trabalhistas:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Bônus e PLR (i)	33.801	69.627
Provisão para férias	18.736	20.442
IRRF a recolher	3.197	4.468
INSS a recolher	3.261	4.341
FGTS a recolher	1.249	1.443
Outras obrigações trabalhistas	2.669	2.630
Total	62.913	102.951

(i) O programa de participação de resultados é aprovado anualmente e é fundamentado em metas individuais e do Grupo como um todo. Em 2025, essas metas foram atingidas pela Companhia e pelos colaboradores, portanto, o programa de participação dos resultados foi provisionado para o exercício de 2025 e será pago no exercício de 2026. Adicionalmente, foram antecipados em setembro de 2025, parte da participação de resultados referente o exercício de 2025.

18. Obrigações tributárias:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
COFINS a recolher	1	1
ICMS a recolher (i)	16.733	3.814
INSS retido na fonte a recolher	-	5.238
PIS a recolher	-	1
ISS a Recolher	2.192	4.188
IR retido na fonte	442	764
CSLL a pagar	-	-
IRPJ a pagar	-	-
Outros tributos a recolher	959	1.092
Total	20.327	15.098

(i) Refere-se ao parcelamento do ICMS incidente sobre a compra de energia elétrica (TUSD/TUST). **19. Provisões de custos e despesas:** As provisões representam despesas diversas incorridas pela Companhia, cujo desembolso financeiro se dará no próximo exercício fiscal. Os valores foram estimados com confiabilidade e precisão, sendo provável o desembolso de recursos para a liquidação da obrigação.

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Provisão de custos e despesas	28.922	108.788
Provisão de serviços de auditoria	392	654
Total	29.314	109.442

20. Passivos relacionados com contratos de clientes:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Contratos de "Colocation"	680.540	763.008
Total	680.540	763.008

De acordo com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, as receitas com disponibilização de espaço e infraestrutura ("colocation") são reconhecidas ao longo do tempo de acordo com o cumprimento das obrigações contratuais para com os clientes e são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos. **21. Patrimônio líquido:**

21.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado, no valor total de R\$6.434.339.353,33 (seis bilhões, quatrocentos e trinta e quatro milhões, trezentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos), e está dividido em 6.410.271.337 (seis bilhões, quatrocentos e dez milhões, duzentas e setenta e uma mil, trezentas e trinta e sete) ações ordinárias e 15.370.145 (quinze milhões, setenta e sete mil e cento e quarenta e cinco) ações preferenciais, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. O atual valor contempla aumentos de capital ocorridos no ano de 2025, conforme os atos societários descritos a seguir: Os aumentos de capital social no exercício de 2025 estão representados no quadro abaixo:

Data	Tipo da Ação	Quantidade de ações	Valor do aumento de capital (Em reais)	Valor por ação
31/01/2025	ON	175.830.000	R\$ 175.830.000,00	R\$ 1,00
26/02/2025	ON	96.951.000	R\$ 96.951.000,00	R\$ 1,00
28/02/2025	ON	34.758.000	R\$ 34.758.000,00	R\$ 1,00
17/03/2025	ON	114.120.000	R\$ 114.120.000,00	R\$ 1,00
03/04/2025	ON	84.994.500	R\$ 84.994.500,00	R\$ 1,00
02/05/2025	ON	112.760.000	R\$ 112.760.000,00	R\$ 1,00
27/06/2025	ON	82.875.000	R\$ 82.875.000,00	R\$ 1,00
21/07/2025	ON	140.540.430	R\$ 140.540.430,00	R\$ 1,00
28/08/2025	ON	153.220.840	R\$ 153.220.840,00	R\$ 1,00
30/09/2025	ON	157.176.000	R\$ 157.176.000,00	R\$ 1,00
31/10/2025	ON	94.316.220	R\$ 94.316.220,00	R\$ 1,00
26/12/2025	ON	55.736.850	R\$ 55.736.850,00	R\$ 1,00
		1.303.278.840	R\$ 1.303.278.840,00	

O capital votante da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está distribuído conforme abaixo:

Acionista	2025	2024	Porcentagem
DYN DC fundo de investimento em Participações	6.410.271.337	5.106.992.497	100%
ações ordinárias	6.410.271.337	5.106.992.497	100%

21.2. Reservas de lucros: (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Reserva legal

	2025	2024
Saldo do início do exercício	-	4.410
Absorção com prejuízo do exercício	-	(4.410)
Saldo do final do exercício	-	-

(ii) Reserva de investimento: A reserva para investimento, cujos recursos serão destinados à realização de investimentos relacionados ao objeto social da Companhia e à expansão de suas atividades, é formada com recursos a serem determinados em assembleia geral e equivalente até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de reserva para investimento não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia. A movimentação é como segue:

Reserva de investimento

	2025	2024
Saldo do início do exercício	-	38.067
Absorção com prejuízo do exercício	-	(38.067)
Saldo do final do exercício	-	-

(iii) Reserva de Capital de Giro: A reserva de capital de giro, cujos recursos serão destinados a suprir necessidades de capital operacional da Companhia, é formada com recursos a serem determinados em assembleia geral e equivalente até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de reserva de capital de giro não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia. A movimentação é como segue:

Reserva de Capital de Giro

	2025	2024
Saldo do início do exercício	-	36.570
Absorção com prejuízo do exercício	-	(36.570)
Saldo do final do exercício	-	-

22. Resultado por ação: O resultado por ação foi calculado e apresentado nas demonstrações do resultado, através do lucro líquido ou prejuízo do exercício (básico e diluído) e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade média de ações do exercício de 2025 e 2024). O cálculo foi realizado conforme as etapas abaixo: (i) Identificação da quantidade média de ações detidas pelos acionistas nos exercícios:

	Ações ordinárias (ON)	Média ponderada preferencialis (PN)	Ações ordinárias (ON)	Média ponderada preferencialis (PN)
Total de ações em 31 de dezembro de 2023	3.573.042.678	2.506.966.713	15.370.145	15.370.145
Aumento de 09 de abril de 2024	401.744.000	267.829.333	-	-
Aumento de 13 de maio de 2024	91.387.519	53.309.386	-	-
Aumento de 23 de maio de 2024	932.863.289	544.170.252	-	-
Aumento de 07 de junho de 2024	107.955.011	53.977.506	-	-
Total de ações em 31 de dezembro de 2024	5.106.992.497	3.426.253.190	15.370.145	15.370.145

Aumento de 31 de janeiro de 2025
Aumento de 26 de fevereiro de 2025
Aumento de 28 de fevereiro de 2025
Aumento de 17 de março de 2025
Aumento de 03 de abril de 2025
Aumento de 02 de maio de 2025
Aumento de 27 de junho de 2025
Aumento de 21 de julho de 2025
Aumento de 28 de agosto de 2025
Aumento de 30 de setembro de 2025
Aumento de 31 de outubro de 2025
Aumento de 26 de dezembro de 2025

Total de ações em 31 de dezembro de 2025

	2025	2024	
6.410.271.337	4.219.907.423	15.370.145	15.370.145

(ii) Divisão do resultado dos períodos pela média de ações de titularidade dos acionistas:

	Consolidado	2025	2024
Prejuízo do exercício	-	(20.952)	(71.158)
Média de ações do exercício	-	4.219.907.423	3.426.253.190
Resultado por Ação - (Reais/Ação)	-	(0,0050)	(0,0208)

Prejuízo Básico e diluído por Ação - em Reais
Em função do prejuízo apurado no exercício, o lucro por ação diluído é o mesmo que o básico, por ser um evento antituitivo.

23. Receita líquida:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Disponibilização de espaço e infraestrutura ("Colocation")	985.013	712.141
Prestação de serviços partes relacionadas (i) (Nota 29)	23.095	25.347
Cancelamentos e descontos	-	(3.677)
Impostos incidentes sobre serviços e vendas	(91.708)	(66.835)
Total de receita líquida	916.400	666.976

(i) Refere-se à prestação de serviços administrativos para outras empresas do grupo.

24. Custo com locação:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Depreciação e amortização	(259.580)	(190.922)
Energia elétrica	(179.231)	(148.416)
Custos com pessoal	(74.464)	(80.902)
Serviços de terceiros	(56.932)	(48.252)
Aluguéis e condomínios	(3.634)	(3.702)
Manutenções prediais	(4.724)	(2.739)
Despesas de consumo	(3.235)	(2.895)
Licenças de software	(3.892)	(2.406)
Impostos e taxas	(3.279)	(2.658)
Seguros	(3.439)	(2.036)
Manutenção em equipamentos e software	(1.610)	(3.180)
Outros custos de serviços prestados	(5.075)	(4.867)
Total	(599.095)	(492.975)

25. Despesas gerais e administrativas:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Despesas com pessoal	(96.895)	(90.668)
Serviços de terceiros	(13.082)	(12.367)
Depreciação e amortização	(44.712)	(62.887)
Aluguéis e condomínios	(1.529)	(1.231)
Manutenção de equipamentos	(6.567)	(5.450)
Doações	(1.203)	(1.240)
Viagens e deslocamentos	(2.379)	(4.874)
Impostos e taxas	(630)	(630)
Indenizações judiciais	(582)	(992)
Despesas com refeição	(495)	(359)
Limpeza e conservação	(865)	(492)
Seguros	(1.345)	(60)
Feiras e eventos	(2.709)	(4.003)
Outras despesas	(2.985)	(1.648)
Total	(175.978)	(186.771)

26. Despesas comerciais:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Despesa com pessoal	(9.746)	(8.122)
Despesas com viagens	(317)	(365)
Propaganda e publicidade	(192)	(147)
Serviços de terceiros	(749)	(556)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (i)	158	

★ continuação **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Scala Data Centers S.A.**

28 de março de 2025, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consoli-**

das: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos

que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 26 de março de 2026.

EY Shape the future
with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-0345190/O-0
Irdes Xavier Veríssimo Silva
Contador - CRC SP-282304/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>